

Comando rejeita reajuste de 6,1% e propõe greve a partir do dia 19

Dia 12, ASSEMBLEIA no Sindicato, às 19h

O Comando Nacional dos Bancários rejeitou a contraproposta da Fenaban, apresentada no último dia 5, durante a quarta rodada de negociação, que prevê entre outros pontos reajuste de 6,1% (reposição da inflação prevista, sem aumento real), e decidiu orientar greve nacional a partir do dia 19 deste mês de setembro. Para rejeitar a contraproposta da Fenaban e decretar greve nacional, por tempo indeterminado, o Sindicato realiza assembleia nesta quinta-feira, dia 12, na sede em Campinas, às 19h. Na véspera da greve, dia 18, o Sindicato realiza assembleia organizativa, no mesmo horário: 19h.

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, a contraproposta da Fenaban é insuficiente porque não contempla nenhuma das reivindicações



Jeferson Boava, presidente do Sindicato, participa da quarta rodada com Fenaban, no último dia 5, em São Paulo prioritárias da categoria. “Apesar de obterem altos lucros – no primeiro semestre deste ano, as seis maiores instituições financeiras lucraram R\$ 29,6 bilhões – os banqueiros não

propuseram nada além do básico, do costumeiro. Em outros termos, a contraproposta não contempla aumento real, não valoriza a PLR, o piso e os tíquetes. Não contempla também

questões relativas à saúde, condições de trabalho, segurança e igualdade de oportunidades. Diante desse quadro, a resposta da categoria será a greve. Com forte mobilização poderemos mudar o jogo”.

Contra a terceirização

Antes da greve, os trabalhadores tem nova jornada de luta contra a terceirização, contra o PL 4330. No dia 18 deve ocorrer audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o PL. Na véspera, dia 17, concentração em Brasília para pressionar os deputados.

BB e Caixa Federal

A Caixa Federal, que havia prometido no último dia 3 apresentar a sua proposta global no último dia 5, junto com a Fenaban, não se reuniu com o Comando Nacional. O mesmo aconteceu com o Banco do Brasil.

Calendário de luta

- 12 de setembro** - Assembleias em todo o país para rejeitar a proposta e decretar greve por tempo indeterminado a partir do dia 19.
- 17** - Concentração em Brasília para pressionar os deputados federais durante a audiência pública sobre o PL 4330 no plenário da Câmara.
- 18** - Assembleia organizativa para encaminhar a greve.
- 19** - Deflagração da greve nacional dos bancários por tempo indeterminado.



Contraproposta da Fenaban

Reajuste - 6,1% (previsão da inflação pelo INPC) sobre salários, pisos e todas as verbas salariais (auxílio-refeição, cesta-alimentação, auxílio-creche/babá etc.)

PLR - 90% do salário mais valor fixo de R\$ 1.633,94, limitado a R\$ 8.927,61 (o que significa reajuste de 6,1% sobre os valores da PLR do ano passado).

Parcela adicional da PLR - 2% do lucro líquido dividido linearmente a todos os bancários, limitado a R\$ 3.267,88.

Adiantamento emergencial - Não devolução do adiantamento emergencial de salário para os afastados que recebem alta do INSS e são considerados inaptos pelo médico do trabalho,

em caso de recurso administrativo não aceito pelo INSS.

Prevenção de conflitos no ambiente de trabalho: redução do prazo de 60 para 45 dias para resposta dos bancos às denúncias encaminhadas pelos sindicatos, além de reunião específica com a Fenaban para discutir aprimoramento do programa de programa.

Adoecimento de bancários - Constituição de grupo de trabalho, com nível político e técnico, para analisar as causas dos afastamentos.

Inovações tecnológicas - Realização, em data a ser definida, de um Seminário sobre Tendências da Tecnologia no Cenário Bancário Mundial.

Reivindicações dos bancários

- **Reajuste salarial de 11,93%** (5% de aumento real mais inflação projetada de 6,6%)
- **PLR:** três salários mais R\$ 5.553,15.
- **Piso:** R\$ 2.860,21 (salário mínimo do Dieese).
- **Auxílios** alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: R\$ 678,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).
- **Melhores condições de trabalho**, com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoce os bancários.
- **Emprego:** fim das demissões, mais contratações, aumento da inclusão bancária, combate

às terceirizações, especialmente ao PL 4330 que precariza as condições de trabalho, além da aprovação da Convenção 158 da OIT, que proíbe as dispensas imotivadas.

■ **Plano de Cargos, Carreiras e Salários** (PCCS) para todos os bancários.

■ **Auxílio-educação:** pagamento para graduação e pós-graduação.

■ **Prevenção contra assaltos e sequestros**, com o fim da guarda das chaves de cofres e agências por bancários.

■ **Igualdade de oportunidades** para bancários e bancárias, com a contratação de pelo menos 20% de negros e negras.

Sindicato debate Campanha na Região. Preparando a GREVE



Debate e manifestação em Mogi Guaçu



Sindicato discute Campanha no BB, em Indaiatuba

A Campanha Nacional foi amplamente debatida com os bancários da Região, na semana passada. No dia 3, os diretores do Sindicato se reuniram com os bancários das cidades

de São João da Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal, Mogi Guaçu e Mogi Mirim.

No dia 4, foi a vez das cidades Paulínia e Cosmópolis; e, no dia 5, as reu-

niões foram em Amparo, Jaguariúna e Indaiatuba. Em todas as cidades, as reuniões foram realizadas antes da abertura das agências. Além disso, o Sindicato realizou manifestações em

praça pública e distribuição de folheto aos clientes, onde são abordados temas como altas tarifas, altos lucros e fechamento de postos de trabalho.

TERCEIRIZAÇÃO

PL 4330 será debatido em audiência pública na Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), em reunião realizada no último dia 4 com as centrais sindicais – entre elas, a CUT -, assumiu compromisso de não colocar em votação do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, enquanto o assunto não for amplamente debatido. Segundo o parlamentar, a votação do PL ou de qualquer requerimento de urgência só será discutida depois de audiência pública no plenário da Câmara, que deve acontecer no próximo dia 18. Na véspera, concentração de trabalhadores em Brasília para pressionar os

parlamentares.

O debate do PL 4330 no plenário terá a participação de trabalhadores, empregadores e instituições de Direito, como o Ministério Público e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e será organizado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Décio Lima (PT-SC).

Votação suspensa duas vezes

Diante do impasse criado na última reunião da Comissão Quadrupartite (trabalhadores, empresários, governo e parlamentares), realizada

na última segunda-feira, dia 2, quando as partes não chegaram a nenhum acordo, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) decidiu votar o PL 4330 no dia seguinte (3). Pressionada pelos trabalhadores, que foram duramente reprimidos pelas polícias militar e legislativa, a CCJC cancelou a votação e remarcou para o último dia 4. Pressionada novamente pelos trabalhadores, a CCJC cancelou a votação. No mesmo dia 4, antes da reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, líderes partidários firmaram um acordo: apresentar um requerimento

de urgência para que o PL seja debatido no plenário da Câmara dos Deputados. Mais tarde, o quadro mudou. Ou seja, o PL 4330 será discutido em audiência pública.

O PL 4330 autoriza a terceirização em qualquer etapa do processo produtivo seja do setor público (inclusive fere o princípio constitucional do concurso público), seja do setor privado, rural ou urbano, desde que a empresa seja unicamente considerada especializada. E mais: legalizar o correspondente bancário, escancarar as portas para a precarização do trabalho no país todo.

Terceirização destruiu categoria bancária no México. Veja matéria no site: www.bancarioscampinas.org.br

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.106.480/0001-70, Registro sindical nº 006.132.02541-7, por seu presidente abaixo assinado, **convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios**, da base territorial deste sindicato, dos municípios de Aguaí, Águas de Lindóia, Águas da Prata, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Cabreúva, Campinas, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Jaguariúna, Lindóia, Louveira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Morungaba, Monte Mor, Monte Alegre do Sul, Nova Odessa, Pedreira, Paulínia, Santo Antonio do Jardim, Santo Antonio

de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, para a assembleia geral extraordinária que se realizará no **dia 12 de setembro de 2013**, às 18:30h, em primeira convocação, e às 19:00h, em segunda convocação, no endereço da sede do sindicato à Rua Ferreira Penteado, nº 460, Centro, Campinas/SP, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1. Avaliação e deliberação sobre a rejeição da contraproposta apresentada pela FENABAN na reunião de 05/09/2013, à minuta de reivindicações entregue em 30/07/2013; 2. Deliberação acerca de paralisação das atividades por prazo indeterminado a partir da 00h00 do dia 19/09/2013.

Campinas, 09 de setembro de 2013.
Jeferson Rubens Boava - Presidente

Edital publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição do dia 09/09/2013